



PROGRAMAÇÃO
CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE MAGISTRADOS
MEDIAÇÃO E MÉTODOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS PARA
COORDENADORES DE CEJUSC - TURMA II

PERÍODO DE INSCRIÇÃO	De 10 de outubro a 03 de novembro de 2022		
DATA E HORÁRIO	De 07 de novembro a 13 de dezembro de 2022 Encontros síncronos: dias 11/11 e 09/12 das 09h às 10h30		
TIPO DE ATIVIDADE (Res. 11/2020 ENFAM)	Curso de formação continuada;	CARGA HORÁRIA	40 horas
MODALIDADE	EAD com tutoria síncrona e assíncrona	Nº DE VAGAS	40
LOCAL	Ambiente Moodle. Acesso em https://virtual.emerj.com.br/		
PÚBLICO-ALVO	Magistrados Coordenadores de CEJUSC		
EMENTA DO CURSO	Princípios Constitucionais: Princípio do acesso à Justiça e pacificação social, Princípio da dignidade de pessoa humana, Foco na sociedade; Legislação brasileira sobre conciliação e mediação : Lei n. 13.140 – Presidência da República, Novo CPC, Resolução n. 125 – CNJ, Resolução 16/2014 , e Documentos pertinentes ao Tema; Mudança de mentalidade: papel do CNJ, Tribunais, Instituições públicas e privadas; Importância da capacitação; O Juiz e a pacificação social. Métodos alternativos de solução de conflitos (MASCs); Histórico; Panorama Nacional ; Cultura da Paz; A Lide processual e o verdadeiro interesse; Diferenciação entre principais métodos de resolução de conflitos: judicial, negociação, conciliação, mediação e arbitragem; Diferenças e semelhanças entre conciliação e mediação.		
TEMAS GERAIS			
EIXOS E SUBEIXOS	Boas práticas e Atualizações em Fontes/Pensamento Jurídico Teórico e Aplicado: Temas de Processo Civil; Acesso à Justiça; Pacificação Social; Temas em Gestão de Processos e Jurisdição; Relacionamento Institucional e Interpessoal; Empatia e Comunicação; Construção de Pensamento Crítico e/ou Compreensivo Teórico e Aplicado: Direito Sistêmico; Justiça Restaurativa; Conciliação, arbitragem e meios adequados de resolução de disputas		
JUSTIFICATIVA	O direito de acesso à Justiça, previsto no art.º 5, XXXV da Constituição Federal, além de vertente formal perante os órgãos judiciários, implica em acesso à ordem jurídica justa. O novo Código de Processo Civil traz em sua concepção a preocupação com a busca pela solução consensual, em relação às normas anteriores. Nesse viés, cabe ao Poder Judiciário, como determina a Resolução CNJ 125/2010 estabelecer política pública de tratamento adequado dos problemas jurídicos e dos conflitos de interesses, que ocorrem em larga e crescente escala na sociedade, de forma a organizar, em âmbito nacional, não somente os serviços prestados nos processos judiciais, como também os que possam sê-lo mediante outros mecanismos de solução de conflitos, em especial os		

	<p>consensuais, como a mediação e a conciliação, instrumentos efetivos de pacificação social, solução e prevenção de litígios.</p> <p>O Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos tem o papel fundamental na organização e na promoção de ações de incentivo à autocomposição de litígios e à pacificação social, escopo maior da jurisdição. O novo momento deve ser objeto de investimento em capacitação de magistrados que coordenam os Centros Judiciários de Solução de Conflitos, para que a implantação da política pública de tratamento adequado do conflito surta o efeito desejado.</p> <p>O curso pretende difundir e incentivar a política pública, preparando o magistrado Coordenador de CEJUSC para gerir os Centros Judiciários de Solução de Conflitos, fornecendo informações acerca dos métodos autocompositivos e suas aplicações no sistema do Poder Judiciário, com a finalidade de garantir a efetividade da política pública.</p>
OBJETIVO GERAL	<p>O objetivo geral do curso é o de capacitar o magistrado em Métodos Adequados de Solução de Conflitos de modo a fomentar o incremento da utilização de modelos autocompositivos na resolução das lides judiciais e gestão dos CEJUSCs em consonância com o disposto na Resolução 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça, e atender ao incremento de tratamento consensual dos conflitos decorrentes da entrada vigor das leis 13.140/2015 e 13.105/2015.</p>
DETALHES DA ATIVIDADE E CORPO DOCENTE	
COORDENAÇÃO E TUTORIA	<p>Coordenador:</p> <p>Cesar Felipe Cury Desembargador da 11ª Câmara Cível e Presidente do Núcleo de Mediação do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Presidente do Fórum Permanente de Práticas Restaurativas e Mediação. Membro da Comissão de Acesso à Justiça do CNJ e do IBPD. Ex-presidente do Fórum Nacional de Mediação e Conciliação. Mestre e Doutorando em Direito. Possui Formação de Formadores Enfam. http://lattes.cnpq.br/0082324102757049</p> <p>Tutora:</p> <p>Claudia Maria Ferreira de Souza Mestre em Advanced Studies in Mediation pelo Institut Universitaire Kurt Bösch. Mestranda em Direito - no PPGD Universidade Católica de Petrópolis. Pós -Graduada em Terapia Familiar e Didática do Ensino Superior pela Universidade Cândido Mendes - Coordenadora- Geral do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos - Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Possui Formação de Formadores Enfam. http://lattes.cnpq.br/5434487197300218</p>
DOCENTE AULAS SÍNCRONAS	<p>Claudia Maria Ferreira de Souza Mestre em Advanced Studies in Mediation pelo Institut Universitaire Kurt Bösch. Mestranda em Direito - no PPGD Universidade Católica de Petrópolis. Pós -Graduada</p>

	<p>em Terapia Familiar e Didática do Ensino Superior pela Universidade Cândido Mendes - Coordenadora- Geral do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos - Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Possui Formação de Formadores Enfam.</p> <p>http://lattes.cnpq.br/5434487197300218</p>
<p>DOCENTES VÍDEO AULAS</p>	<p>Alessandra Balestieri Advogada e Mediadora</p> <p>Guilherme Ribeiro Baldan Juiz de Direito do TJRO</p> <p>Roberto Portugal Bacellar Desembargador do TJPR</p> <p>Rogério Neiva Juiz do Trabalho do TRT-10ª Região</p> <p>Rodrigo Rodrigues Dias Juiz de Direito do TJPR</p> <p>Taís Schiling Ferraz Desembargadora do TRF- 4ª Região</p> <p>Valéria Ferioli Lagrasta Juíza de Direito do TJSP</p>
<p>METODOLOGIA E MATERIAL DE ENSINO</p>	<p>Este curso é composto de 5 unidades de duração de 8 h, além do módulo de ambientação inicial e do módulo de avaliação final. Sua carga horária total é de 40 horas, portanto estima-se que o aluno deverá dedicar 1 hora diária de estudo, somadas ao prazo final para entrega da avaliação, totalizando 45 dias para a finalização do curso. O curso será aberto por módulos na plataforma. Recursos como Fórum de dúvidas e de apresentação deverá ficar aberto no decorrer do curso e não serão pontuados. O curso dispõe de diferentes recursos, distribuídos em sete módulos. Um de abertura, cinco de conteúdo e um de encerramento. O conteúdo do módulo de Ambientação deverá ficar aberto ao longo de todo curso. Cada módulo de conteúdo apresenta pelo menos duas atividades que contam pontos. Todas as atividades têm data para abertura e encerramento.</p> <p>Ferramentas ativas: Padlet Games Quiz</p>
<p>PROGRAMAÇÃO</p>	

<p>AMBIENTAÇÃO Período: Período: De 07 a 08/11 Carga horária: 1 h</p>	<p>Como se desenvolverá o curso Vídeo de abertura do curso – Ministro do STJ Marco Buzzi Apresentação – Conselheiro Henrique Ávila Avisos: Orientações e dúvidas Ambientação e apresentações Netiqueta: você sabe se comportar online? Como estudar no ambiente virtual? A importância da participação nos fóruns de discussão</p>
<p>Unidade 1 Período: 09 a 16/11 Encontro síncrono: dia 11/11 das 09h às 10h30 Carga horária: 7 h</p>	<p>Ementa: Acesso à Justiça: a Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado de conflitos e a Ética do Mediador e do Conciliador.</p> <p>Videoaulas: Videoaula – Contexto histórico e social Videoaula – Política Judiciária e a Ética do Mediador Docente: Valéria Ferioli Lagrasta</p> <p>Encontro síncrono: dia 11/11 das 09h às 10h30 Docente: Claudia Maria Ferreira de Souza Conteúdo programático: Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado de conflitos e a Ética do Mediador e do Conciliador</p> <p>Avaliação: Fórum de discussão – O Jogo dos 7 Erros; Estudo de Caso – A Ética do Conciliador e do Mediador</p> <p>Material de leitura e complementar: Texto: Apresentação da Unidade 1 PDF – Apostila Unidade 1 PDF – Código de Ética do Mediador</p>
<p>Unidade 2 Período: 17 a 22/11 Carga horária: 8 h</p>	<p>Ementa: Teoria do Conflito, Formas e Métodos de Tratamento dos Conflitos</p> <p>Videoaulas: Videoaula – Teoria da Conflito. Interesse e Oposição. Videoaula – Escolas de mediação Docente: Rogério Neiva</p> <p>Avaliação: Atividade Colaborativa – Mural virtual – O Conflito e suas Acepções Quiz atividade – Quiz Despolarizado Fórum A de discussão – Despolarizando mais ainda Fórum B de discussão - Identificando Sentimentos e Necessidades</p> <p>Material de leitura e complementar: Texto: Apresentação da Unidade 2 PDF – Apostila Unidade 2</p>
<p>Unidade 3 Período: 23/11 a 29/11</p>	<p>Ementa: As Competências Comunicacionais do Mediador e do Conciliador</p> <p>Videoaulas: Videoaula – Escuta Ativa e Comunicação não-violenta</p>

<p>Carga horária: 8 h</p>	<p>Videoaula – Ambiente e Preparação da Sessão – Declaração de Abertura Docente: Alessandra Balestieri</p> <p>Avaliação: Fórum A de discussão – A importância de escutar Fórum B de discussão – O Jogo dos Acertos Tarefa – Declaração de Abertura</p> <p>Material de leitura e complementar: Texto – Apresentação Unidade 3 PDF – Apostila Unidade 3 PDF – Tutorial de gravação e envio de áudios no Moodle</p>
<p>Unidade 4 Período: 30/11 a 06/12 Carga horária: 8h</p>	<p>Ementa: Etapas da Mediação e Técnicas Associadas</p> <p>Videoaulas: Videoaula – Etapas da Mediação Docente: Guilherme Ribeiro Baldan</p> <p>Videoaula – Técnicas de Formulação de Perguntas Docente: Roberto Portugal Bacellar</p> <p>Vídeo Fórum de Avaliação – Identificando as Etapas e as Técnicas</p> <p>Avaliação: Atividade – Tarefa A – Resumo, Pauta e Perguntas Atividade – Tarefa B – Fechamento de Sessão</p> <p>Material de leitura e complementar: Texto – Apresentação da Unidade 4 PDF – Apostila Unidade 4 PDF – Como elaborar um Resumo</p>
<p>Unidade 5 Período: 07 a 13/12 Encontro síncrono: dia 09/12 das 09h às 10h30 Carga Horária: 7 h</p>	<p>Ementa: Estruturação e Alcance da Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado dos Conflitos</p> <p>Videoaulas: Videoaula – Estrutura da Política Judiciária de Solução Adequada de Conflitos Docente: Rodrigo Rodrigues Dias</p> <p>Videoaula – Novos Espaços de Mediação e Conciliação Docente: Taís Schiling Ferraz</p> <p>Videoaula – Sobre Feedback Docente: Roberto Portugal Bacellar</p> <p>Vídeo Fórum de Avaliação – O Feedback do Observador</p> <p>Encontro síncrono: dia 09/12 das 09h às 10h30 Docente: Claudia Maria Ferreira de Souza Conteúdo programático: Estruturação e Alcance da Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado dos Conflitos</p> <p>Avaliação: Fórum de discussão; Tarefa – Relatório de Observação de Audiência ou Sessão; Registro Reflexivo.</p>

	<p>Material de leitura e complementar: Texto – Apresentação Unidade 5 PDF – Apostila Unidade 5 PDF – Tutorial Gravação de Áudio</p>
<p>Avaliação Período: 09 a 13/12 Carga Horária: 1 h</p>	<p>Avaliação de Reação Avaliação das Vídeaulas</p>
<p>AVALIAÇÃO</p>	<p>UNIDADE 1: Fórum de avaliação Unidade 1 – O Jogo do Sete Erros – 10 pontos Atividade 2 – Estudo de Caso – A Ética do Conciliador e do Mediador – 10 pontos</p> <p>UNIDADE 2: Atividade colaborativa – Padlet - O Conflito e suas Acepções Despolarizado – 0 PONTOS Quizz atividade - Quizz Despolarizado – 5 PONTOS Fórum avaliação da Unidade 2 – Despolarizando mais ainda – 5 PONTOS Fórum avaliação da Unidade 2 – Identificando Sentimentos e Necessidades – 5 PONTOS</p> <p>UNIDADE 3: Fórum Avaliação da Unidade 3 – A Importância de Escutar – 5 pontos Fórum Avaliação da Unidade 3 – O Jogo dos Acertos – 5 pontos Atividade - Tarefa – Declaração de Abertura – 10 pontos</p> <p>UNIDADE 4: Fórum Avaliação da Unidade 4 – Identificando as Etapas e As Técnicas – 5 pontos Atividade - Tarefa A – Resumo, Pauta e Perguntas – 10 pontos Atividade - Tarefa B – Fechamento de Sessão – 5 pontos</p> <p>UNIDADE 5: Fórum Avaliação da Unidade 5 – O Feedback do Observador – 10 pontos Atividade - Tarefa – Relatório de Observação de Audiência ou Sessão 1 – 10 pontos</p> <p>Total: 100 pontos</p>
<p>CERTIFICAÇÃO</p>	<p>Registro no SIEM Emissão de certificado na plataforma Moodle</p>

INFORMAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DE MAGISTRADOS

1. **METODOLOGIA DO CURSO:** A proposta metodológica da EMERJ está alinhada ao objetivo de desenvolver a educação continuada dos juízes com vistas ao progressivo amadurecimento do seu conhecimento e aprofundamento da atenção permanente para o alcance prático e repercussão social de suas decisões. A metodologia do curso está em consonância com a proposta da ENFAM, que em sua Resolução No. 7 de 7 de dezembro de 2017 (Diretrizes Pedagógicas) estabelece a necessidade da formação dos magistrados possuir um caráter humanista e interdisciplinar. Ela será teórico-prática, tomando a prática jurisdicional como ponto de partida e integradora, buscando apreender a prática jurisdicional como parte e em suas relações com a totalidade complexa constituída pela sociedade. Assim, o processo de aprendizagem ocorre com o protagonismo do magistrado aluno, desencadeando

processos de reflexão sobre as situações concretas da prática jurisdicional, estimulando novas formas de agir.

2. **AMBIENTAÇÃO:** Todo o material estará disponível na plataforma Moodle, no endereço <http://virtual.emerj.com.br/>. Os alunos receberão, ao se inscreverem, o link para acesso à Plataforma e ao Curso, com um login e senha. Na primeira tela encontrarão todas as informações necessárias para a ambientação: Navegando pela Plataforma; Dicas para EaD; Manual do Aluno; Programação do curso e informações sobre o (a) Tutor (a); Acesso às ferramentas de comunicação que serão utilizadas (Fóruns; chats; vídeos; hiperlinks). Os canais de suporte ao cursista também estão lá informados.
3. **ATUAÇÃO E RESPONSABILIDADES DOS TUTORES:** Conforme Plano de Tutoria enviado ao tutor, faz parte de suas responsabilidades mediar os debates realizados nas atividades síncronas e assíncronas (conforme explicitadas no plano de curso, esclarecer as dúvidas dos alunos e dar feedback dentro dos prazos estipulados no plano de tutoria, avaliar as atividades realizadas pelos alunos de acordo com a proposta metodológica e avaliativa descrita no plano de curso e estimular a participação criando um clima de cooperação entre os participantes por meio de mensagens no chat e/ou nos fóruns de discussão.
4. **ATUAÇÃO E RESPONSABILIDADES DOS ALUNOS:** Os alunos deverão participar de todas as atividades (síncronas e assíncronas) descritas no plano de curso de modo que haja a necessária interação entre conteúdo/docentes/discentes, devendo cumprir a porcentagem das atividades consideradas obrigatórias (conforme descritas no plano de curso no item Avaliação) e atingir os critérios para certificação.
5. **AValiação.** Na formação dos magistrados entende-se a avaliação como um processo contínuo e sistemático, sendo concebida como parte integrante do processo de ensino-aprendizagem. Ela deve ocorrer com foco na prática profissional, em todos os momentos do processo de aprendizagem, mediante diversos instrumentos e procedimentos avaliativos e articulados com todos os objetivos das ações educacionais planejadas. A avaliação de aprendizagem do aluno será individual e contínua e levará em conta a participação nos Fóruns de Discussão, a realização das Questões Formativas, a realização das demais atividades propostas em cada módulo. Ao final do curso será apresentada uma questão avaliativa (Estudo de Caso - opcional) que contemplará a totalidade dos temas estudados ao longo dos módulos. Será disponibilizado, também na plataforma, um formulário para elaboração do Registro Reflexivo. Para a avaliação do curso o magistrado cursista preencherá um formulário de reação, conforme escala de valores para cada quesito, alinhada às diretrizes da ENFAM, tais como: avaliação dos professores, avaliação dos temas apresentados, carga horária, qualidade do material de apoio e integração dos participantes durante o curso no próprio ambiente Moodle. Essa avaliação de impacto dos resultados alcançados pela realização do curso é de grande importância tanto para o processo de autoavaliação dos magistrados quanto para o processo de aprimoramento constante dos cursos oferecidos por essa Escola.
6. **FREQUÊNCIA E APROVAÇÃO:** A aferição da participação dos cursistas se dará pela realização das atividades propostas ao longo do curso, devendo ao final atingir o mínimo de 75% de aproveitamento, conforme Instrução Normativa Enfam n.1/2017, sendo condição para a certificação e atribuição das horas de aperfeiçoamento.
7. **DESISTÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO.** A desistência de participação em atividade promovida pela Escola Judicial, para a qual tenha sido efetuada inscrição, deverá ser comunicada no prazo de até 2 (dois) dias úteis antes do início do evento, por meio de mensagem eletrônica para a caixa de mensagens deama.emerj@tjrj.jus.br

ASSINATURAS

Des. Cesar Felipe Cury
Coordenador do curso

Simone Cuber Araujo Pinto
Diretora da DIAPE-DEAMA

Rafaela Selem Moreira
Diretora do DEAMA-EMERJ

Des. Cristina Tereza Gaulia
Diretora Geral da EMERJ